



Diálogos com o marxismo no estudo do ativismo transnacional

Dialogues with the Marxism in the study of transnational activism

Diálogos con el marxismo en el estudio del activismo transnacional

Teresa Cristina Schneider Marques¹

Wesley Nogueira Gomes²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p40

Recebido em: 29 de janeiro de 2021
Aprovado em: 28 de novembro de 2021

Resumo:

Com a crise econômica iniciada em 2008, os protestos anticapitalistas se intensificaram por todo o globo. Eles desafiam as barreiras disciplinares e incentivam um profícuo diálogo entre marxismo e estudos sobre movimentos sociais transnacionais analisado pelo presente artigo. Tal diálogo abre uma nova agenda de pesquisa para as Relações Internacionais. Palavras-chave: Ativismo; Transnacionalismo; Marxismo.

Abstract:

As the economic crisis began in 2008, anti-capitalist protests intensified across the globe. They defy disciplinary barriers and encourage a fruitful dialogue between Marxist and studies on transnational social movements analyzed in this article. This dialogue opens a new research agenda for International Relations. Key-words: Activism; Transnationalism; Marxism.

Resumen:

Con la crisis económica que comenzó en 2008, las protestas anticapitalistas se intensificaron en todo el mundo. Ellas desafían las barreras disciplinarias y los estudios sobre movimientos sociales transnacionales analizados en este artículo. Este diálogo abre una nueva agenda de investigación para las Relaciones Internacionales. Palabras-clave: Activismo; Transnacionalismo; Marxismo.

1 Doutora (2011) em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral em Sociologia das Relações Internacionais no Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po). Concluiu pós-doutorado (2014) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora do curso de graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora adjunta dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e Filosofia da PUCRS.

2 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

1 INTRODUÇÃO

O Estado-Nação como unidade analítica fez com que as mobilizações transnacionais em suas mais variadas formas, como as redes de ativismo, as revoltas e mesmo as revoluções fossem negligenciadas pelo campo de estudo das Relações Internacionais. Todavia, a globalização tornou ainda mais evidente a dimensão internacional e transnacional das mobilizações. Segundo Held, os estudos interessados em compreender as transformações políticas não podem perder de vista o “rápido crescimento das complexas interconexões entre Estados e sociedades” (1991, p. 415). O incremento das conexões entre ativistas incentivou a expansão desse campo de estudos. Mais recentemente, o contexto de crise econômica e protestos globais contra as políticas de austeridade incentivou a renovação desses estudos ao trazer de volta as contribuições do marxismo, cuja essência é o entendimento de que tanto as divisões sociais, quanto as lutas transcendem as fronteiras (TARROW, 2001; TARROW, 2005; DELLA PORTA, 2015).

Entre as novas abordagens que realizam esse diálogo com o marxismo para a compreensão das mobilizações sociais internacionais, destacamos as abordagens que partem de contribuições da teoria do confronto político (TCP) e a combinam com conceitos teóricos das Relações Internacionais. Ao acrescentar as contribuições das Relações Internacionais, a TCP, que parte de ferramentas teóricas da Sociologia e da Ciência Política, ampliou ainda mais esse diálogo interdisciplinar, resultando na chamada “sociologia dos movimentos transnacionais”.

O presente artigo objetiva debater o diálogo entre Marxismo, a TCP e a sociologia dos

movimentos transnacionais sobre esse novo tema das Relações Internacionais: o ativismo transnacional. Muito embora o marxismo se debruce sobre temas tais como internacionalismo proletário, socialismo mundial ou a tendência de desenvolvimento do socialismo mundial (HALLIDAY, 1999; HUI, 2019), o diálogo a partir de leituras marxistas não é muito corrente nas Relações Internacionais. Visando contribuir para esse debate, na primeira parte do artigo resgatamos brevemente o histórico dos estudos sobre mobilizações sociais e as aproximações e distanciamentos que estes tiveram do marxismo. Por sua vez, na segunda parte, abordamos como os contextos de austeridade revelam a atualidade do marxismo para compreender o ativismo transnacional em diálogo com a TCP e a sociologia dos movimentos transnacionais. Por fim, refletimos sobre as contribuições desse diálogo.

TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, TRANSNACIONALISMO E MARXISMO

É inegável que nas Ciências Sociais houve, durante décadas, uma repartição quanto aos temas de estudos. Foi dessa forma que as mobilizações sociais protagonizadas por atores não-estatais se tornaram um objeto de estudo das disciplinas que contam com o Estado-nação como principal marco-interpretativo, tais como a Sociologia e a Ciência Política, sobretudo a primeira. Por sua vez, as teorias mainstream do campo das Relações Internacionais, ao manterem o Estado como o foco central, embora se voltassem para a dimensão internacional dos fenômenos políticos, também deixaram de lado as ações de atores não-estatais.

Assim, o estudo da ação coletiva esteve presente nas chamadas “teorias dos movimentos sociais”, abordagens teóricas focadas sobretudo no estudo dos movimentos organizados e não disruptivos, entendidos como formas de ações coletivas que se baseiam em redes sociais construídas em torno de propósito comum (GOHN, 2006). Tal foco se opõe à centralidade atribuída à Revolução pelos autores do marxismo clássico – Marx, Engels e Lênin. Muito embora seja correta a avaliação de que Marx “não se preocupou em criar uma teoria específica dos movimentos sociais” (GOHN, 2006, p.176), é evidente que a teoria marxista ofereceu contribuições ao conectar as ações políticas à macroestrutura, que procurou compreender por meio do estudo do desenvolvimento do sistema capitalista.

Tais contribuições não receberam grande atenção nos estudos voltados para a questão ao longo do século XX, marcado por profundas e rápidas transformações nesse campo. Mais do que negligenciada, a abordagem marxista foi enfrentada pela maioria das teorias de movimentos sociais que se desenvolveram ao longo do século XX. Assim, foi na contramão das bases propostas por Marx e Engels que se desenvolveram grande parte das teorias sobre movimentos sociais no início do século XX.

Para Maria da Glória Gohn, até a década de 1960 predominaram as abordagens focadas na teoria da ação social. Tais abordagens, embora distintas, se encontram no foco na análise de comportamentos coletivos de acordo com um enfoque sociopsicológico (2006, p.23). Não raro, tais enfoques permitiam compreender a ação coletiva enquanto uma anomia social. Sendo assim, abriram pouco espaço para as ações coletivas transnacionais. Elas apenas foram ultrapassadas na primeira década da

segunda metade do século XX, pela chamada Teoria da Mobilização de Recursos (TMR).

Os estudos ancorados na TMR se voltaram para uma abordagem econômica, partindo do princípio de que as estratégias dos atores são impulsionadas por uma lógica racional. Embora considerada uma abordagem econômica, a TMR tampouco se voltou para a análise do contexto e do capitalismo, ficando centrada nos incentivos diretos e individuais para a ação coletiva. A abordagem em questão não permitiu compreender a relação entre os movimentos e a macroestrutura e mesmo os processos de longa duração (ALONSO, 2009). Assim sendo, sua abordagem focada nos atores também limitou o estudo das ações coletivas ao território-nação.

Posteriormente, o contexto social da década de 1970 evidenciava a importância de outras questões para a compreensão da mobilização política: a identidade e a cultura, elementos negligenciados pela abordagem marxista. Visando oferecer uma resposta para o papel dessas questões, emergiu o paradigma dos novos movimentos sociais (NMS), marcado justamente pela negação do marxismo como abordagem teórica para a análise da ação coletiva na contemporaneidade, que contou com Touraine como o seu maior expoente (GOHN, 2006, p.122). No Ocidente, a NMS teve grande alcance e se tornou preponderante por trazer importantes contribuições ao adicionar a socialização, as identidades coletivas e individuais baseadas em fatores até então não abordados, inclusive pelo marxismo ortodoxo, tais como gênero, orientações sexuais, etnicidades, entre outros.

Combinando fatores culturais com a dimensão estrutural analisada a partir do resgate e revisão do debate sobre oportunidades políticas proposto pela TMR, emergiu a Teoria do Processo Político (TPP), hoje denominada

Teoria do Confronto Político (TCP) (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). A partir de uma perspectiva relacional da política, a Teoria do Confronto Político acabou se tornando uma teoria com maior alcance no contexto acadêmico atual. Assim como NMS, a TCP também buscou analisar o papel da cultura para as ações coletivas, buscando compreender como indivíduos e organizações também se conectam por meio da mobilização de códigos culturais (TARROW, 2005). Segundo Tarrow, essa seria a principal oposição ao marxismo: “Marx e Engels subestimaram seriamente os recursos necessários para o engajamento, suas dimensões culturais e a importância da política” (TARROW, 2009, p.28).

A intenção em adicionar o contexto cultural à análise fez com os especialistas entendessem, que tal como a sua principal concorrente, essa abordagem mantém uma posição distinta do marxismo. Segundo Alonso:

A Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) nasceram dos debates sobre a revolução, ou melhor, da exaustão dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. Ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. As duas constroem explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais (ALONSO, 2009, p 53-54).

Todavia, há espaço para o diálogo. Ao tomar como base a análise estruturalista proposta por Charles Tilly, a Teoria do Confronto Político se aproximou do marxismo e trouxe importantes contribuições ao explorar outras formas de ação coletiva além dos movimentos sociais, trazendo a revolução de volta à análise, sobretudo por meio dos estudos de Tilly que com-

preendeu as grandes revoluções como processos que envolvem “mudanças de classe e amplas transformações sociais” (TILLY, 2006, p.160). Por isso, para além de refletir sobre a importância das revoluções para as transformações sociais, Tilly se preocupou em compreendê-las enquanto parte de um processo que pode ser analisado a partir de uma perspectiva relacional. Assim, a revolução não seria uma “anomalia social” e sim resultado de interações entre sociedade e Estado. Tal visão, em parceria com os sociólogos Sidney Tarrow e Doug McAdam, resultou na Teoria do Confronto Político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Cumprir destacar que esta abordagem teórica combina aspectos estruturais e culturais para compreender como, no processo de mobilização, os atores políticos organizam seu repertório de reivindicações (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). Em outras palavras, a Teoria do Confronto Político, vertente estadunidense de análise do ativismo político e mobilizações sociais, compreende o ativismo político como um fenômeno histórico de mobilização/desmobilização que envolve recursos, estratégias e oportunidades que dão sentido à experiência dos atores políticos. Dessa forma, permite analisar que o “[...] o confronto que envolve uma desigualdade substancial entre os protagonistas tem características gerais distintas que ligam movimentos sociais a revoluções, rebeliões e nacionalismos de base popular” (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 21).

Além disso, por meio do conceito de “estrutura de oportunidades política” a TCP procurou trazer tanto os recursos econômicos e políticos disponíveis para ação, quanto os constrangimentos (TILLY; TARROW, 2008). Sidney Tarrow, um dos principais expoentes da

teoria, embora crítico à abordagem marxista, resgatou contribuições desta para a compreensão da ação coletiva:

Tarrow busca também nos clássicos do marxismo elementos para entender a estrutura de oportunidades políticas, questão central para a compreensão da natureza social – e não individual – de um movimento. (...) O resultado final da teoria que ele apresenta não pode ser inteiramente visto segundo o paradigma marxista clássico, porque sua análise não se constrói em termos de lutas de classe, antagonismos sociais, etc. Ele trabalha com a noção de campos de forças sociais e se preocupa com as alianças que se constroem neste campo (GOHN, 2006, p.104).

O contexto atual, marcado pela globalização, evidenciou ainda a importância da análise mais abrangente proposta pela referida abordagem. Para tanto, o estudo do transnacionalismo nas Relações Internacionais oferecem importantes contribuições para esse debate. No campo de estudos das Relações Internacionais, é inegável que uma contribuição pioneira à compreensão da ação política transnacional foi oferecida por Robert Keohane e Joseph Nye em *Transnational Relations e World Politics* (1971). Em oposição às hipóteses realistas centrais, os autores lançaram um olhar às conexões de solidariedade que interligam atores não-estatais além das fronteiras (1971).

É importante destacar que o foco das contribuições dos “institucionalistas” foram as relações econômicas transnacionais e o papel das instituições no cenário internacional, mas o debate foi um convite para que os estudos sobre movimentos sociais se voltassem para a dimensão internacional, segundo Johanna Simèant (SIMÈANT, 2020, p.554). Assim, emergiu a chamada “sociologia dos movimentos transnacionais” que conta com autores como Sidney Tarrow, Donatella Della Porta, Johanna Simèant, Mar-

garet Keck, Kathryn Sikkink Olivier Fillieule, Isabelle Sommier, entre outros (TARROW, 2001; TARROW, 2005; DELLA PORTA, 2015; SIMÈANT, 2014; KECK; SIKKINK, 1998; SOMMIER; FILLIEULE, 2013; AL-CANTARA, BRINGEL, 2020). Tal abordagem mobiliza contribuições sobre transnacionalismo para compreender o ativismo transnacional, mas acrescenta outras dimensões à análise ao assumir o papel dos valores, das ideias e das identidades na política transnacional. Basicamente, assume que as instituições importam no cenário internacional e que as restrições e oportunidades por elas abertas ou fechadas, afetam as dinâmicas do ativismo transnacional, mas as identidades também (TARROW, 2005, p. 20).

O encontro entre estudos dos movimentos sociais e as Relações Internacionais na chamada “sociologia dos movimentos transnacionais” emergiu ou se fortaleceu com a explosão dos estudos antiglobalização (SOMMIER; FILLIEULE, 2013). Todavia, isso não necessariamente significou um diálogo com o marxismo. Porém, em estudos recentes, autores como Della Porta passaram destacar a convergência dos protestos em torno da crítica ao capitalismo e às instituições econômicas globais e mesmo à globalização econômica (DELLA PORTA, 2015). Como já colocado, tal dimensão do confronto foi negligenciada pelas abordagens teóricas sobre ativismo. Como resposta, estudos recentes abriram um novo diálogo com o marxismo.

3 ATIVISMO TRANSNACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE E CAPITALISMO

A crise financeira internacional atual teve início em 2008 e incentivou ciclos de mobilizações em todo globo em resposta às medidas

de austeridade adotadas pelos governos (CAMPOS LIMA; ARTILLES, 2014, p.138). Diversos estudos indicam o aumento de protestos em muitos países no período. De acordo com a base de dados do Inquérito Social Europeu (European Social Survey, ESS) de 2010, destacam a ampliação do número de protestos a partir de 2010 (CAMPOS LIMA; ARTILLES, 2014; ORTIZ et al., 2013). Segundo Della Porta, os modelos democráticos e as instituições multies-tatais em funcionamento são questionados nesse novo ciclo de protestos em virtude da ausência de respostas para as contradições do sistema capitalista (DELLA PORTA, 2012).

Diante dessa dinâmica, Donatela propõe que a compreensão do impacto do capitalismo nos movimentos seja retomada. Para a autora, a atenção deve recair também sobre as estruturas, sem que isso signifique o abandono da análise da mobilização de outros recursos políticos resultante das contribuições dos estudos sobre movimentos sociais (DELLA PORTA, 2015, p.07). Nesse sentido, o diálogo com o marxismo pode trazer diferentes contribuições para a análise da política transnacional conflituosa.

É certo que antes de propor uma teoria analítica voltada para a compreensão a relação da luta de classes com a estrutura política, o marxismo assumiu uma postura normativa que previa a unificação da classe operária em distintos países, tal como previsto no *Manifesto do Partido Comunista* de 1948. Todavia, o foco nos processos revolucionários, impediu que o marxismo clássico oferecesse contribuições para o estudo de outras formas de ação coletiva e conexões que ultrapassam fronteiras.

O chamado de Marx e Engels aos “trabalhadores do mundo” (MARX; ENGELS, 2010), embora evidencie já nas abordagens clássicas do marxismo uma articulação das

lutas revolucionárias contra a dominação e a exploração do capitalismo sobre os proletários numa perspectiva que poderíamos considerar transnacional, só atingiu contornos mais práticos e melhor definidos a partir das análises de Lênin e o chamado internacionalismo proletário (LÊNIN, 1986).

Essa abordagem busca materializar uma determinada concepção de revolução que não se limita aos confrontos entre atores políticos e o Estado nacional. De outra forma, busca demonstrar as oportunidades de engajamento político entre atores de diferentes países, observando esse processo como um difusor de confronto não só com as forças burguesas nacionais, mas sobretudo com o imperialismo – a face monopolista do capitalismo cujos desdobramentos, segundo esta análise, podem ser percebidos nos mais distintos conflitos sociais até o momento. Suas contribuições ao marxismo referenciam o papel que cumpre a mobilização de diversas forças políticas e a adoção de distintos processos de luta na constituição das ferramentas organizativas indispensáveis para um projeto revolucionário.

Diferente de Marx e Engels, que produziram suas discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo e as conseqüentes exploração e subordinação dos proletários à burguesia no contexto de alta industrialização da Europa, a abordagem de Lênin sobre a determinação da luta de classes para a emergência do capitalismo origina-se de uma perspectiva mais “periférica”, na medida em que as forças produtivas hegemônicas do contexto russo não se equiparavam ao desenvolvimento industrial do capitalismo em países como a França e o Reino Unido quando dos seus escritos.

É do reconhecimento de que as forças organizativas das sociedades capitalistas assu-

mem características distintas, mas partem de um mesmo processo de subordinação, exploração e dominação, baseado na relação entre exploradores e explorados, que Lênin defende uma articulação transnacional dos movimentos e partidos operários (LÊNIN, 1975). O autor reconhece que cada ação rebelde e cada revolta que eclode em países periféricos, sucumbidos ao desenvolvimento do imperialismo, demandam solidariedade e articulação entre os comunistas. A autodeterminação dos países em que o capitalismo não possui os mesmos patamares de industrialização europeia e a luta anticolonialista são elementos centrais que pautam o internacionalismo proletário de Lênin como momentos particulares de um todo, qual seja, a revolução e a superação do capitalismo como sistema econômico, cultural e político.

Rosa Luxemburgo (2005) corrobora a essa dimensão transnacional da luta revolucionária, analisando como as greves e seus mais distintos repertórios de ação política são fenômenos contínuos que evidenciam o caráter revolucionário e transnacional de cada revolta e conflito.

As greves políticas e as econômicas, as greves de massas e as parciais, as greves de protesto e as de luta, as greves gerais de determinados ramos da indústria e as greves gerais em determinadas cidades, as pacíficas lutas salariais e os massacres nas ruas, as batalhas nas barricadas: todas se entrecruzam, correm paralelas, se encontram, se interpenetram e se superpõem; é uma variável onda de fenômenos em contínuo movimento. E a lei que determina o movimento desses fenômenos é clara: não se encontra na greve de massas em si mesma nem em suas particularidades, mas, sim, na dimensão política e social da força da revolução (LUXEMBURGO, 2005, p. 282)

Se abordagens consideradas clássicas destacam a estrutura macroeconômica, abordagens mais contemporâneas sobre os movi-

mentos sociais oriundas do próprio marxismo, como as de Vakaloulis, reconhecem a existência de uma interdependência das chamadas lutas operárias e das lutas que se dão no âmbito ideológico e cultural. Embora observe-se que essas mobilizações decorram de conflitos distintos, são ações coletivas que, via de regra, se opõem estruturalmente aos efeitos do sistema vigente (VAKALOULIS, 2005). Essa conexão pode fortalecer a dimensão do internacionalismo proletário, na medida em que os conflitos distintos em âmbito cultural, geográfico e político convergem, sob o julgo do imperialismo, a uma mesma fonte de origem (LÊNIN, 1975).

Tal perspectiva se esforça em estabelecer diálogos mais abertos às perspectivas em que os conflitos sociais também podem ser entendidos para além do universo do trabalho. Diferente das perspectivas que situam o fim da luta de classes, o que abordagens como a de Michel Vakaloulis (2005) demonstram é uma mudança dos atores políticos e dos polos de conflitos, que não se restringem mais exclusivamente ao movimento operário. A articulação dos aspectos econômicos, políticos e ideológicos, das condições materiais e imateriais implicam uma análise dos processos de mobilização social e luta política de movimentos sociais policlassistas, mas, que em última instância, não perdem a relevância sob a clivagem da relação capital e trabalho.

A possibilidade de ampliação do alcance do marxismo para além das fronteiras do operariado da primeira metade do século XX, permitindo combinar em suas análises lutas distintas, como a dos desempregados e a luta contra o racismo, encontra ressonância em abordagens teóricas mais amplas e relacionais, como é o caso da TCP e da sociologia dos movimentos transnacionais – sobretudo sob o ponto de vista contemporâneo de relações de mobilização,

conflito e disputa que se manifestam para além dos limites dos territórios nacionais. Na medida em que os processos de luta nacionais, no contexto globalizado, cada vez mais influenciam e são influenciados por outras experiências estrangeiras, se torna mais fundamental compreender o internacionalismo proletário. Conforme os estudos de Della Porta (2012), as mobilizações que eclodiram na última década, num cenário internacional de acirramento das políticas de austeridade, permitem articular ferramentas teórico-metodológicas para uma análise contínua e processual desses fenômenos.

O caráter de defesa da autodeterminação dos povos e a combinação de uma luta anti-capitalista com os conflitos anticoloniais e anti-imperialistas que se materializam na defesa do internacionalismo proletário como uma ferramenta central do entendimento do papel da revolução para Lênin (1975, 1986, 2008) surge como um interessante caminho de diálogo, na medida em que esta considera os movimentos sociais como “contestações coletivas, baseada em objetivos comuns e solidariedades sociais, numa interação prolongada com elites, oponentes e autoridades” (TARROW, 1994, p. 4), o que permite relacionar conflitos e a forma como diferentes atores políticos se orientam no processo de confronto para além das fronteiras do Estado-nação.

Sendo assim, a sociologia dos movimentos transnacionais, assim como a TCP, se volta para as formas mais diversas assumidas pelos movimentos sociais, procurando compreender como os padrões assumidos pelos protestos são resultado da interação com a chamada estrutura de oportunidades políticas, que também conta com uma dimensão cultural. No caso da TCP, a grande contribuição da teoria marxista para a sua abordagem, é compreender a dinâmica do capi-

talismo enquanto parte do contexto que interfere nos padrões assumidos pelos protestos. Para Luciana Tatagiba e Andrea Galvão, que no Brasil foram pioneiras na construção de uma ponte entre as duas tradições no estudo dos protestos:

Esse diálogo permite problematizar as formas pelas quais os ciclos de crescimento e a crise do capitalismo, em associação com as dinâmicas sociopolíticas nacionais, configuram os cenários do confronto político em distintos e distantes espaços geográficos (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p.64).

Portanto, embora a TCP e a sociologia dos movimentos transnacionais se oponham à visão marxista de que a luta de classes define todos os níveis da política, ela também recusa a divisão tradicional do nível nacional e internacional. Por meio da compreensão relacional da política, abriu espaço para diversas formas de ações coletivas além-fronteiras. Tais ações e redes transnacionais, embora pareçam processos isolados ou caóticos, podem dar origem a transformações sociais mais amplas ou mesmo globais. Essa perspectiva aponta caminhos possíveis de uma visão estrutural da ação coletiva e, tal qual o marxismo, possibilita compreender os movimentos de forma não linear, mas a partir dos avanços e retrocessos que encerram as contradições, as restrições e as oportunidades de todo conflito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oposição ao marxismo pelas teorias dos novos movimentos sociais e da mobilização de recursos pode ter contribuído para um tardio desenvolvimento de ferramentas teórico-metodológicas mais consistentes para o desenvolvimento de uma concepção de movimentos sociais mais ampla pelo marxismo. Como já apontamos, as análises marxistas também foram resistentes em dialogar com as transforma-

ções das formas de ação política que eclodiram no mundo ao longo do século XX. Cumpre também a longa influência na área de estudos dos movimentos sociais de perspectivas como a de Tourraine (1985), para quem a compreensão da ação prevalece sobre a estrutura.

No entanto, é possível perceber que nesta abordagem clássica do marxismo há um destacado interesse na análise de ações coletivas além-fronteiras. Além disso, oferece uma visão mais ampla sobre o sistema de Estados ao relacionar as guerras às lutas sociais (BUGIATO, 2018, p.203). Marx, Engels e Lênin, sobretudo este último, debruçaram-se a estabelecer como a superação dos conflitos provocados pelas lutas de classes, no contexto do capitalismo, dependiam de um caráter internacionalista da revolução (MARX; ENGELS, 2010; LÊNIN, 1975, 1986, 2008). Dessa forma, o ataque ao marxismo pode ter implicado um atraso no desenvolvimento do debate sobre a dimensão transnacional dos movimentos sociais. Portanto, o esforço analítico de trazer ao debate as ações coletivas que não exclusivas a atores estatais demonstra ser um dos principais encontros com o marxismo no estudo do ativismo transnacional. A TCP, ao ampliar o conceito sobre estrutura de oportunidades, retomou o debate sobre a estrutura proposto inicialmente pelo marxismo e abriu caminhos para as análises da sociologia dos movimentos transnacionais interessadas na compreensão do impacto do capitalismo nos protestos.

Com efeito, o diálogo com a análise marxista já demonstra ser profícuo na agenda de pesquisa internacional sobre ativismo transnacional. As abordagens que buscam “trazer o capitalismo de volta” aos estudos dos movimentos sociais, ao combinarem a mobilização de conceitos como identidade,

enquadramento interpretativo, repertórios - entre outros - com a análise estrutural proposta pelos estudos marxistas, focados na dinâmica global do capitalismo, abrem um novo olhar sobre os protestos (TATAGIBA; GALVÃO, 2019; DELLA PORTA, 2012; DELLA PORTA, 2015; BARKER, 2013). Os estudos em questão propuseram ampliar o debate para além da dimensão econômica do conflito, lançando mão de outras dimensões, como o papel das identidades a relação dos atores não-estatais com as instituições, por exemplo. Assim sendo, preocupam-se menos em prescrever a revolução e concentram-se na compreensão dos múltiplos processos e relações que podem originá-la.

Os protestos globais em oposição ao capitalismo abriram caminho para a construção de novas pontes teóricas no estudo do ativismo transnacional. Tal diálogo permite não apenas compreender as conexões estruturais que incentivam as diversas formas assumidas pelo ativismo transnacional, mas inclusive a dimensão transnacional mantida mesmo pelos protestos e movimentos considerados “nacionais”. O ativismo transnacional configura uma nova agenda de pesquisa sobre movimentos sociais a ser explorada (BRINGEL, 2011). Cabe destacar que tal agenda também está aberta para o campo de estudos de Relações Internacionais, sobretudo se houver disposição para compreender como as revoluções emergem.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALCANTARA, L.; BRINGEL, B. Dos Zapatistas aos indignados: mudanças na geopolítica das solidariedades transnacionais. **Educação e sociedade**, v. 41, p. 1-18, 2020.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

- BRINGEL, B. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 51-73, abr. 2011.
- BARKER, C., et al. (eds.). **Marxism and social movements**. Leiden/Boston: Brill, 2013.
- BRANDÃO, L. C. A literatura sobre Movimentos Sociais: Interações entre a Política Institucional e a Política não Institucional. **BIB**, São Paulo, nº 71, p. 123-143, 2011.
- BUGIATO, C. Marx e Engels: política internacional e luta de classes. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 193-212, 2018.
- CAMPOS LIMA, M. P.; ARTILLES, A. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação coletiva a participação individual no protesto social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p.137-172, mai. 2014.
- DELLA PORTA, D. Cercando la política: protesta e democracia. **La Rivista Il Mulino**, n. 2, p. 314-320, mar./abr. 2012.
- DELLA PORTA, D. **Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis**. Cambridge: Polity Press, 2015.
- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2006.
- HALLIDAY, F. **Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power**. London: Macmillan, 1999.
- HELD, David. A democracia, o estado-nação e o sistema global. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 145-194, 1991.
- HUI, J. We Are Still in the Historical Era Specified by Marxism. **International Critical Thought**, v. 9, n. 3, p. 327-342, ago. 2019.
- NYE, J.; KEOHANE, R. O. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. **International Organization**, v. 25, n. 3, p. 329-349, 1971.
- KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: [Cornell University Press](#), 1998.
- LÊNIN, V. I. **L'impérialisme, stade suprême du capitalisme**. Paris-Moscou: Editions Sociales/Editions du Progrès, 1975.
- LÊNIN, V. I. **Sobre el Internacionalismo Proletario**. Ediciones en lenguas extranjeras. Moscou: Editorial Progreso, 1986.
- LÊNIN, V. I. **Que fazer? Problemas cadentes do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LUXEMBURGO, R. Greve de massas, partidos e sindicatos. In: BOGO, A. (org.). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 241-337.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Para mapear o confronto político*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Nova York: Cambridge University Press, 2001.
- SIMÈANT, J. Interpreting the Rise of International "Advocacy". **Humanity**. [Volume 5, Number 3, Winter 2014](#).
- SIMÈANT, J. [Transnationalisation/internationalisation](#). In: FILLIEULE, O.; MATHIEU, L.; PÉCHU, C.. (Dir.) **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Paris: Presses de Sciences Po, 2^e édition mise à jour et augmentée, 2020, p.593-601.
- SOMMIER, I.; FILLIEULE, O. *The emergence and development of the "no global" movement in France: a genealogical approach*. In: FLESHER FOMINAYA, Cristina; COX, Laurence (Orgs.) **Understanding European Movements**. Routledge, 2013.
- TARROW, S. Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. In: McADAM, D.; McARTHUR, J. D.; ZALD, M. N. (orgs.). **Movimentos sociais, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estruturas de mobilização y marcos interpretativos culturales**. Madrid: Istmo, 1999, p. 71-99.
- TARROW, S. **Power in movement: Social movements, collective action and politics**. Nova York: Cambridge University Press, 1994.
- TARROW, S. Transnational politics: contention and Institutions in international politics. **Annual Review of Political Science**, v. 4, p. 1-20, 2001.
- TARROW, S. **The New Transnational Activism**. 3ed. Nova York: Cambridge University Press, 2005.
- TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- [TATAGIBA, L.](#); GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, p. 63-96, 2019.
- TILLY, C. **La France conteste: de 1600 à nos jours**. Paris: Fayard 1986.
- TILLY, C. **Coercion, capital and european states**. Oxford: Basil Blackweell, 1990.
- TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, C.; TARROW, S. **Politique(s) du Conflit: De la Grève à la Révolution**. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.
- TOURAINÉ, A. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, Baltimore, v. 52, n. 4, p. 749-787, 1985.
- VAKALOULIS, M. Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.